



O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Tais Pires de Oliveira¹

¹ Dutora, Proessora no Departamento de Geografia, UEM e UNICESUMAR, Maringá, Paraná. tais_piresoliveira@hotmail.com

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo refletir, a partir de um levantamento bibliográfico exploratório aprofundado, sobre a compreensão do raciocínio geográfico no contexto do ensino de Geografia na Educação Básica. Para atingir o objetivo esta pesquisa, de caráter exploratória, baseou-se em levantamento bibliográfico, visando apresentar o significado ou significados atribuídos ao raciocínio geográfico, tanto no campo epistemológico quanto no campo do ensino dessa disciplina. A partir dos aportes teóricos que sustentam esta investigação que o raciocínio geográfico é um modo específico e complexo de operar com as categorias e conceitos – espaço, região, território, lugar e paisagem, bem como, os demais conceitos que a estes podem se conectar – e os princípios geográficos – localização, observação, descrição, analogia, escala – para analisar e compreender a organização espacial dos fenômenos. A partir disso, evidencia-se que é o professor dessa disciplina que, utilizando as abordagens e ferramentas educacionais, tem o potencial de favorecer o desenvolvimento e a aplicação, por parte do aluno, dos princípios e conceitos geográficos.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Ensino de Geografia; Raciocínio Geográfico.

1 INTRODUÇÃO

O ensino da Geografia, no momento de sua consolidação como disciplina e por muito tempo, teve objetivos nacionalistas, marcado pela descrição, memorização de fatos e informações e distanciamento da realidade dos discentes, ou seja, o foco era mais direcionado a encher as mentes dos estudantes com conhecimento em vez de cultivar uma compreensão profunda da realidade. Nas últimas décadas, acompanhando movimentos críticos de mudança, na ciência de referência e nas tendências pedagógicas, observa-se uma gradual transformação no ensino de Geografia. Essa transformação envolve mudanças nos seus objetivos e nas práticas didático-pedagógicas buscando a superação do ensino mnemônico, a partir da compreensão de que o ensino dessa disciplina não pode estar calcado na simples transmissão de conteúdos. Dessa maneira, verifica-se um esforço, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nas práticas pedagógicas dos professores, para que a Geografia seja ensinada de modo significativo para os alunos e que esteja conectada as suas vivências.

Recentemente, seguindo essas transformações, tem emergido debates, nas pesquisas acadêmicas desse campo, a respeito da função e dos objetivos da Geografia como disciplina na escola e sua efetiva contribuição para o processo formativo do aluno enquanto cidadão. Frente a esses estudos, tem-se fortalecido a perspectiva de que o ensino de Geografia deve ser norteado pela aprendizagem de um modo de pensar e raciocinar especificamente geográfico.

Reverberando essas discussões a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica a necessidade de superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia. Para tanto o ensino de Geografia deve possibilitar ao aluno utilizar os conceitos geográficos, mobilizar o pensamento espacial e aplicar os procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas (ou seja, empregar o raciocínio geográfico), com a finalidade de reconhecer os problemas mais amplos (como a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial) e ter o envolvimento



ativo em pensar e buscar soluções para os problemas gerados na vida cotidiana (BRASIL, 2018).

O documento indica que estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive e estabelece que os discentes precisam ser estimulados a pensar espacialmente, para que possam ler o mundo em que vivem, desenvolvendo, dessa maneira, o raciocínio geográfico (BRASIL, 2018). Mas, afinal, o que é o raciocínio geográfico? Como ele pode ser desenvolvido e mobilizado em sala de aula?

Visando responder à essas perguntas o objetivo deste artigo é refletir, a partir de um levantamento bibliográfico exploratório aprofundado, sobre a compreensão do raciocínio geográfico no contexto do ensino de Geografia na Educação Básica.

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho busca-se apresentar um levantamento do significado ou significados atribuídos ao raciocínio geográfico, inicialmente, pautado na construção científica, uma vez que, a qualidade geográfica desse pensamento deriva da ciência base ou de referência dessa disciplina e, embora a Geografia escolar e a científica possuam finalidades distintas, a disciplina escolar tem como uma importante base de sustentação o conhecimento teórico, o vocabulário e a rede de conceitos produzidos pela Geografia científica.

Na sequência investe-se em escavar a compreensão do raciocínio geográfico no campo do ensino de Geografia, entretanto vale destacar que o sentido dado ao conceito ainda está em construção, uma vez que, as discussões teóricas e metodológicas a respeito do termo ainda estão em processo de elaboração. Desse modo, não se busca aqui propor uma definição mas contribuir para esta reflexão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Com base em levantamento bibliográfico, o presente estudo assume uma abordagem exploratória, visando oferecer uma visão panorâmica da temática abordada. Essa abordagem possibilita uma compreensão aprofundada da temática em análise por meio de investigações documentais, tais como livros, revistas científicas online, periódicos e outras fontes pertinentes. Conforme destacado por Gil (2008), essa abordagem permite abranger uma ampla gama de fenômenos.

Nesse sentido, o estudo procurou embasamento teórico abrangente sobre a construção do raciocínio geográfico. As leituras realizadas visaram atingir o objetivo proposto neste trabalho, seguindo a sequência de etapas sugerida por Lima e Miotto (2007): leitura inicial para identificação do material disponível, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva e, por fim, leitura interpretativa.

Desse modo, a revisão da literatura conduzida resulta em uma reflexão embasada no corpus de estudo que constitui este trabalho, com o intuito de responder ao objetivo delineado.

3 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO ENVOLVIDO NA ANÁLISE DOS FENÔMENOS

Em consonância com autores que dão sustentação a este trabalho, entende-se que a Geografia é uma forma de ler o mundo, uma maneira original e potente de organizar, metodicamente, o pensamento – uma ciência – com vistas à compreensão e à ação do/no mundo (MOREIRA, 1997; GOMES, 2017; CORRÊA, 2005; MORAES, 2000). Essa leitura exige a consideração da dimensão espacial da organização da vida humana, visto que inexistem sociedades aespaciais (MORAES, 2000; LOPES, 2010). Desse modo, “estudar geograficamente o mundo”, por esse prisma, é:



[...] um exercício cognitivo muito relevante que supõe o deslindamento da lógica que rege a realidade social por intermédio da observação e do estudo metódico do espaço. Trata-se do desenvolvimento sistemático do **raciocínio espacial**, que estabelece, como produto mental, a formação de uma **consciência espacial ou geográfica**. (LOPES, 2010, p. 86, grifo do autor).

Corroborando essa perspectiva, Gomes (2017), considera a Geografia como uma forma de pensar, uma maneira autônoma e original de estruturar o pensamento. Diante disso, o autor argumenta que os geógrafos precisam compreender, de modo mais explícito, o valor do raciocínio geográfico para, dessa forma, apresentar seu alcance, sua abrangência e sua importância, ainda que esse não seja exclusivo do geógrafo, pois é utilizado pelos especialistas de outros campos do conhecimento como uma forma de organizar e sistematizar o pensamento, priorizando a localização das coisas.

Na visão desse pesquisador, “[...] o raciocínio que valoriza posições e relações entre lugares é aquilo que funda e dá qualidade à Geografia” (GOMES, 2017, p. 101). Ele é empregado para explicar porque as coisas estão onde estão, bem como, porque são diferentes quando aparecem em outros locais. Dessa maneira, o raciocínio geográfico, se mostra complexo, e, para o autor, possui como pergunta fundadora: por que isso está onde está? O que o leva a conectar e relacionar elementos muito distintos que são, necessariamente, tomados conjuntamente, pelo fato de ali se apresentarem. Essa análise parte, então, da localização dos objetos, para que se possa, dessa forma, compreender o espaço.

Gomes (2017), nessa direção, afirma que as ferramentas que fazem ver essa ordem no espaço se originam e se constituem pelo exercício de um raciocínio geográfico, ou seja, instrumentos, quadros geográficos, fundamentados na localização e posição, que fazem pensar e ver as coisas e os fenômenos de outra maneira. Nesse âmbito, em conformidade com o autor, o raciocínio geográfico se apoia neste instrumento (o quadro geográfico), construindo significações a partir do jogo de posições entre elementos espacialmente localizados, reunidos em uma composição que pode se revelar graficamente.

Lacoste (1988), por sua vez, concebe o conhecimento geográfico como um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado às práticas estatais e militares. Nessa perspectiva, para o autor, a função do geógrafo é pensar o espaço para nele agir mais eficientemente. Lacoste (1988), desse modo, discorre que o raciocínio geográfico não é simples, tem um caráter eminentemente estratégico, a análise como processo fundamental e a necessidade de se considerar as diferentes escalas como primordial. Para ele,

Esses raciocínios, que podem se referir a problemáticas e a preocupações muito diversas, são mais ou menos complexos e não se reduzem à adição dos conhecimentos produzidos pelas diversas ciências ou atividades que utilizam; eles trazem um suplemento de conhecimento que é, frequentemente, bastante importante e algumas vezes decisivo para a compreensão de situações particularmente complicadas. (LACOSTE, 1988, p. 196).

Fundamentando-se nessas reflexões, pode-se depreender que esse tipo de raciocínio – o raciocínio geográfico – mesmo que sem uma alusão explícita, foi profusamente empregado em diferentes momentos históricos por diferentes grupos, com distintos objetivos e, na atualidade, é sustentado por toda a organização epistemológica da Geografia. Além disso, esse raciocínio é próprio do geógrafo, é o que o diferencia dos demais profissionais de áreas próximas, desse modo, o raciocínio geográfico sustenta a análise geográfica da organização espacial.



Entende-se que esse exercício se concretiza na medida em que são apreendidos e utilizados os conceitos inerentes a essa ciência, isto é, os conceitos-chave e os demais conceitos conectados a esses, bem como, os princípios lógicos da Geografia. Assim, esses conceitos-chave e princípios alicerçam a análise geográfica e, desse modo, são mobilizados pelo indivíduo que, no desenvolvimento da análise, raciocina geograficamente.

À vista disso, é necessário destacar que, como sinaliza Moreira (2012), os princípios lógicos possibilitam uma orientação consciente, ou seja, norteiam metodologicamente o pensamento e têm papel central na formação da personalidade e do discurso da representação geográfica. Os princípios são, então, a base da base dos conceitos, pois é por meio desses, antes mesmos dos conceitos, que a análise geográfica se inicia, assim “Tudo na Geografia começa então com os princípios lógicos.” (MOREIRA, 2012, p. 117).

Para o autor, os princípios lógicos da Geografia são: localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala, e são empregados para identificar e analisar um fenômeno em sua dimensão geográfica. Dessa maneira,

Primeiro é preciso localizar o fenômeno na paisagem. O conjunto das localizações dá o quadro da distribuição. Vem, então, a distância entre as localizações dentro da distribuição. E com a rede e conexão das distâncias vem a extensão, que já é o princípio da unidade do espaço (ou do espaço como princípio da unidade). A seguir, vem a delimitação dos recortes dentro da extensão, surgindo o território. E, por fim, do entrecruzamento desses recortes surge a escala e temos o espaço constituído em toda sua complexidade. (MOREIRA, 2012, p. 117).

Depreende-se que esses princípios lógicos são importantes norteadores da observação e da descrição dos fenômenos, além de serem fundamentais para a formação e mobilização do raciocínio geográfico. Contudo, no processo da análise geográfica, só fazem sentido se estiverem conectados e articulados aos conceitos dessa ciência.

Diante disso, ressalta-se, que para o exercício de leitura e análise do espaço, pela Geografia, os conceitos que são capazes de sintetizarem a sua objetivação específica, conferindo-lhe uma identidade no âmbito das ciências sociais, além de determinar o modo como a sociedade deve ser analisada, como sustenta Corrêa (2012). Segundo o autor, a análise propriamente geográfica é o resultado da organização do pensamento via cinco conceitos, são eles: paisagem, região, território, lugar e espaço, que se conectam pela ação modeladora do homem sobre a superfície terrestre. Assim, é por meio desses conceitos da Geografia que o espaço é especificamente analisado, implicando diretamente na compreensão das relações que aí se constituem.

Os conceitos fundamentais – paisagem, região, lugar, território e espaço –, como exposto no tópico anterior, foram sendo definidos e amplamente debatidos, nos diferentes paradigmas geográficos, dentro dos quais foram distintamente formulados e empregados, o que contribui para o entendimento do espaço e para os avanços teóricos dessa ciência, como defende Corrêa (2012). Todos esses desdobramentos paradigmáticos geraram algumas distinções na definição dos conceitos, entretanto, há pontos de encontro e permanências epistemológicas em cada conceito que os sustentam.

Nesse âmbito, conceitos, categorias e princípios se articulam no desenvolvimento da análise da organização social e espacial dos fenômenos. É por meio do domínio inter-relacionado dos princípios lógicos e dos conceitos dessa ciência que o geógrafo pode efetivamente analisar a sociedade e, assim, raciocinar geograficamente, ou seja, o geógrafo formula suas ideias a partir de um conhecimento específico para inferir respostas, analogias, conclusões, ou ainda, novos questionamentos, e assim analisar fatos e fenômenos. Diante disso, é possível depreender das reflexões apresentadas que, para a ciência, o raciocínio geográfico é complexo e é, no presente, um modo específico de



raciocinar, em que o indivíduo mobiliza conceitos, categorias e princípios geográficos para ler, analisar a sociedade em sua dimensão espacial.

A partir da compreensão da importância de todo o arcabouço conceitual da Geografia, enquanto ciência para a análise de seu objeto, bem como, do raciocínio geográfico, que se revela um conhecimento estratégico e poderoso, entende-se que, em proporções distintas, no processo de ensino-aprendizagem de Geografia na educação básica, o aluno deve ser capaz de raciocinar geograficamente para resolver um problema real disposto didaticamente pelo professor dessa disciplina. É por essa perspectiva que segue a discussão da próxima seção, intentando refletir sobre a construção do raciocínio geográfico no processo de ensino-aprendizagem.

4 O RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO NO ENSINO

O termo raciocínio geográfico tem sido empregado nas pesquisas mais recentes no campo da Educação Geográfica e ainda não possui uma definição exata, nem consensual. Alguns autores utilizam o termo raciocínio geográfico como sinônimo de pensamento geográfico, pensamento espacial, olhar geográfico, entre outros, mas entende-se que, na maioria dos casos, intenta-se atingir um tipo de conhecimento específico da Geografia escolar, sustentado pela ciência de referência, que qualifica o ensino, a prática pedagógica e a aprendizagem, na direção de possibilitar que o aluno desenvolva um conhecimento que o permita compreender o mundo pela ótica geográfica.

Giroto (2015, p. 73), ao discutir a formação e utilização do raciocínio geográfico, na educação escolar, afirma que este “[...] está presente no cotidiano dos sujeitos e foi, desde a antiguidade, apropriado como um saber estratégico por diferentes grupos (políticos e econômicos) como uma das formas para a manutenção dos mesmos no poder”. Nesse âmbito, para o autor, esse tipo de raciocínio desempenha funções importantes nas relações geopolíticas mundiais e está cada vez mais atrelado às condições de reprodução do capitalismo. Dessa maneira, entende o raciocínio geográfico como a “[...] capacidade de estabelecer relações espaço-temporais entre fenômenos e processos, em diferentes escalas geográficas.” (GIROTO, 2015, p. 72). É, assim, um saber estratégico, que permite compreender as relações que ocorrem em diferentes locais.

Castellar e Paula (2020), visando analisar como o raciocínio geográfico pode ser estimulado nas práticas pedagógicas para compreensão da realidade, apresentam uma articulação entre os campos de conhecimentos do pensamento espacial e o estatuto epistemológico da Geografia como base para o desenvolvimento desse raciocínio. Diante disso, compreendem que o pensamento espacial é um conteúdo procedimental, constituído pelo amálgama de três campos do conhecimento: processos cognitivos, conceitos de relações espaciais e representações do espaço.

Quanto aos três campos de conhecimento do pensamento espacial, segundo os pesquisadores, as representações espaciais, que abrangem diversos tipos de produtos cartográficos, são os meios através dos quais o usuário acessa às informações espaciais visualizáveis: “Elas apresentam o mundo, suas informações e ordenamentos, expressam desejos, ideias e sentidos e medeiam as intencionalidades dos produtores do espaço e dos agentes, bem como daqueles que as elaboram.” (CASTELLAR; PAULA, 2020, p. 301 – 302). Já, os conceitos de relações espaciais se referem ao conjunto de vocábulos, que indicam os atributos espaciais, utilizados para identificar a natureza de um fenômeno geográfico, como por exemplo: área, distância, escala de incidência, extensão, dentre outros. Os processos cognitivos dizem respeito ao corpo de conceitos que envolvem ações, como localizar, observar, analisar, identificar, etc.

Esses campos de conhecimento do pensamento espacial, como sustentam Castellar e Paula (2020), conectados às categorias (paisagem, território, região, lugar e natureza) e



aos princípios geográficos (localização, conexão, extensão, causalidade, arranjo e ordem, analogia e diferenciação etc.), gerados a partir da trajetória epistemológica da Geografia, bem como, de situação geográfica, constituem os campos de conhecimentos do raciocínio geográfico. Esse contexto permite que a análise geográfica, realizada por meio das práticas pedagógicas, além de possibilitar entender os conteúdos, também qualifique e aprofunde-os, superando, assim, o discurso geográfico destituído de fundamentos teóricos.

Já, Roque Ascenção, Valadão e Silva (2018) apontam que a interpretação da espacialidade de um fenômeno se efetiva a partir da articulação entre os conceitos fundantes de Espaço, Tempo, Escala e Processos e o tripé metodológico da Geografia: localizar, descrever, interpretar, como exemplificado na figura a seguir:

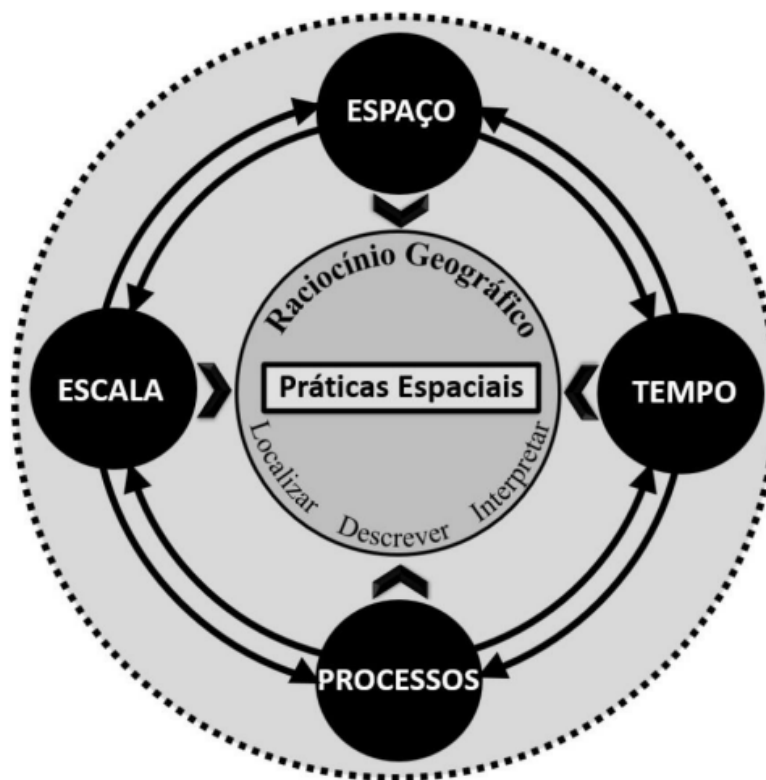


Figura 1: Os conceitos fundantes inerentes à construção do conhecimento geográfico, o raciocínio geográfico e as práticas espaciais, sob mediação do tripé metodológico localizar - descrever – interpretar.

Fonte: Roque Ascenção e Valadão (2017).

Segundo os autores “A espacialidade de um fenômeno seria, pois, decorrente das relações de interdependência entre localização, descrição e interpretação de processos, considerando sua escala de abrangência, as temporalidades que o constituem, o espaço em que ocorrem” (ROQUE ASCENÇÃO; VALADÃO; SILVA, 2018, p. 39). A partir da compreensão de uma dada espacialidade seria possível responder em qual medida um fenômeno atua na produção de um espaço e, dialeticamente, o modo como um espaço atua na ocorrência de um fenômeno. Essa interpretação da espacialidade se constitui a partir de um movimento intelectual específico: o raciocínio geográfico. Dessa maneira, depreende-se que o raciocínio geográfico, para os pesquisadores, é um modo de operar com os conceitos fundantes e o tripé metodológico, para a análise da espacialidade dos fenômenos e das práticas espaciais.

Reverberando o debate teórico atual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como ressaltado anteriormente, estabelece que os discentes precisam ser estimulados a



pensar espacialmente para que possam ler o mundo em que vivem, desenvolvendo, dessa maneira, o raciocínio geográfico. Esse pensamento espacial, conforme consta na BNCC, e discutido no tópico anterior, impulsiona o desenvolvimento intelectual do aluno, integrando conhecimentos, não somente da Geografia, mas também de diferentes áreas, visando à resolução de problemas que envolvem, por exemplo, mudanças de escala, orientação, efeitos da proximidade e vizinhança etc.

Lê-se na BNCC que o raciocínio geográfico é uma maneira de exercitar o pensamento espacial, que “[...] aplica determinados princípios para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.” (BRASIL, 2017, p. 357). Ao definir os “princípios lógicos do raciocínio geográfico” o documento se apropria das ideias de Moreira (2012), nesta tese já discutidas, e os apresenta, como se observa a seguir, no Quadro 1.

Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Quadro 1: Descrição dos princípios do raciocínio geográfico - BNCC

Fonte: Brasil (2017).

A concepção adotada pelo documento reverbera, como já foi destacado, discussões já produzidas sobre o uso dos conceitos chaves da Geografia (espaço, território, lugar, região, natureza e paisagem) e seus princípios para o desenvolvimento de um tipo de raciocínio próprio dessa disciplina. Desse modo, apropria-se e reproduz parte do discurso teórico que circula na academia, ao mesmo tempo que legitima, perante as políticas públicas, as reflexões realizadas pelos pesquisadores desse campo de estudo, apontando a necessidade de promover nos discentes o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

O documento ressalta que o ensino de Geografia deve possibilitar ao aluno utilizar os conceitos geográficos, mobilizar o pensamento espacial e aplicar procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas – ou seja, empregar o raciocínio geográfico – com a finalidade de reconhecer, tanto problemas mais amplos como, por exemplo, a



desigualdade dos usos de recursos naturais pela população mundial, como também o envolvimento ativo em pensar e buscar soluções para os problemas gerados na vida cotidiana.(BRASIL, 2017). Nessa direção, a BNCC estabelece que

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatural (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2017, p. 358).

Essa forma de significar a educação geográfica, a partir da utilização de princípios e conceitos próprios da ciência de referência, na BNCC, em certa medida é positiva, contudo, o documento não apresenta um aprofundamento, epistemológico e teórico sobre os conceitos de espaço – entendido como mais amplo e complexo – e os de território, lugar, região, natureza e paisagem, apontados como mais operacionais e que expressam aspectos diferentes do espaço geográfico. Além disso, não discute o processo de desenvolvimento do raciocínio geográfico pelos alunos, a partir da prática docente. Dessa maneira, é fundamental que a BNCC seja tomada criticamente, pelos docentes e elaboradores dos currículos, na direção de ampliar as reflexões teóricas sobre esses termos.

Diante dos apontamentos expostos, das distintas pesquisas e da BNCC, sobre o raciocínio geográfico, seus elementos de constituição e construção, observa-se que, ainda que existam pontos de divergência teórica e pedagógica, há pontos de convergência que permitem fazer o debate avançar. A base de sustentação desse raciocínio é a ciência geográfica, ou, mais precisamente os conhecimentos historicamente produzidos pela Geografia; desse modo, os elementos que o organizam e que também o qualificam são os conceitos e princípios. Raciocínio esse que é desenvolvido pelos alunos, a partir de práticas pedagógicas e utilizado para interpretar a espacialidade dos fenômenos.

Nessa perspectiva, se respaldando por toda a reflexão até aqui apresentada, o ensino de Geografia que se defende nesta pesquisa, deve estar alicerçado nos procedimentos teórico-metodológicos da Geografia enquanto ciência e, de modo relacionado, nos pressupostos didático-pedagógicos. Essa articulação possibilitará a promoção do desenvolvimento e mobilização de um modo específico de raciocinar. Diante disso, o ensino dessa disciplina deve possibilitar que os alunos, mediados pelo trabalho docente, desenvolvam e exercitem o raciocínio geográfico, um saber estratégico que contribui para a formação de cidadãos ativos e responsáveis.

Desse modo, assume-se a compreensão de que o raciocínio geográfico é um modo específico e complexo de operar com as categorias e conceitos – espaço, região, território, lugar e paisagem, bem como, os demais conceitos a estes conectados - e princípios geográficos – localização, observação, descrição, analogia, escala – para analisar e compreender a organização espacial dos fenômenos. Seu desenvolvimento, além da mobilização, ocorre a partir das distintas situações didáticas apresentadas para estudo em sala de aula, nas quais os alunos se deparam com problemas reais, cuja resolução implica na formação dos conceitos e dos princípios geográficos.

Cada situação estudada pode ser apresentada aos alunos com objetivos distintos, estabelecidos pelo professor, mais simples ou mais complexos, que visem especificamente desenvolver um conceito ou analisar um fenômeno. Diante disso, distintos recursos podem ser empregados para que estimular a mobilização do raciocínio geográfico pelos discentes, como, por exemplo, um jogo geográfico, o qual, de modo lúdico, exhibirá um problema a ser solucionado utilizando esse raciocínio.



Portanto, em consonância com Cavalcanti (2002), defende-se que o desenvolvimento desse tipo de raciocínio requer o estabelecimento de referenciais teórico-conceituais claros e bem delimitados. Os conceitos geográficos são instrumentos mediadores fundamentais para a compreensão dos diversos espaços e, desse modo, essenciais para a leitura geográfica do mundo, uma vez que é a formação desses conceitos que possibilitará aos alunos darem sentido aos lugares próximos ou distantes. Assim, concorda-se, mais uma vez com a autora, quando afirma que

Para cumprir os objetivos do ensino de Geografia, sintetizados na ideia de desenvolvimento do raciocínio geográfico, é preciso que se selecionem e se organizem os conteúdos que sejam significativos e socialmente relevantes. A leitura do mundo do ponto de vista de sua espacialidade demanda a apropriação, pelos alunos, de um conjunto de instrumentos conceituais de interpretação e de questionamento da realidade socioespacial. (CAVALCANTI, 1998, p. 25).

Destarte, o ensino de Geografia deve possibilitar ao aluno pensar por meio dos conceitos, pois estes são instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento de um pensamento capaz de lhe oferecer poder diante de seu cotidiano, ou seja, um pensamento que possibilita analisar e transformar qualitativamente sua relação com o mundo. É preciso enfatizar que a complexidade conceitual do pensamento geográfico e as distintas perspectivas teóricas e metodológicas que o constituem a Geografia, enquanto ciência e forma de pensar, refletem sua potência interpretativa do espaço (CALLAI et. al., 2016; CAVALCANTI, 2019) e devem embasar a aprendizagem escolar. Assim, em consonância com os autores que sustentam esta tese, defende-se que os conceitos geográficos, atrelados aos princípios geográficos, são ferramentas fundamentais para se compreender o espaço, bem como, para analisar a organização espacial dos fenômenos.

À vista disso, ressalta-se, mais uma vez, a importância do aluno compreender efetivamente os conceitos e princípios geográficos, para que possa mobilizá-los e empregá-los de modo consciente ao analisar os distintos fenômenos espaciais, o que demonstraria, com efeito, o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Defende-se, portanto, enfaticamente, que o ensino de Geografia deve contribuir para a formação de um cidadão ativo e crítico, que compreenda o mundo em que vive em toda sua complexidade, entendendo, desse modo, a dimensão geográfica da vida humana, nas distintas escalas de análise (VESENTINI, 2004; LOPES, 2010).

Um trabalho pedagógico efetivado nessa direção possibilita aos alunos construir, enquanto cidadãos, uma compreensão geográfica dos fenômenos que vivenciam cotidianamente, tornando-se, assim, significativa para a realização de suas práticas espaciais (CAVALCANTI, 2002). Sublinha-se, mais uma vez, a importância do desenvolvimento do raciocínio geográfico no ensino de Geografia, pois, conforme Giroto (2015, p. 71), este contribui para a formação de um sujeito capaz de compreender e estabelecer relações espaço-temporais entre fenômenos e processos aparentemente desconectados. Trata-se, sem dúvida, de uma meta ambiciosa, mas, ao mesmo tempo, estimulante.

O professor, iluminado pela epistemologia da Geografia, possui, então, a tarefa de conduzir os alunos para desenvolverem um olhar geográfico sobre a dimensão espacial da realidade vivida cotidianamente. Desse modo, verifica-se que o trabalho didático-pedagógico do docente dessa disciplina “[...] consiste na organização e na promoção de atividades que, aninhadas no currículo escolar, mas em íntima conexão com os conteúdos desta disciplina, possibilitem ao aluno exercitar seu raciocínio espacial e desenvolver sua ‘consciência geográfica’” (LOPES, 2010, p. 89), proporcionando, assim, condições para que os discentes desenvolvam, mobilizem e utilizem as ferramentas intelectuais produzidas



pela Geografia ao longo do tempo para, conseqüentemente, raciocinar geograficamente e analisar os fenômenos sociais e naturais que se organizam no espaço.

Entende-se, vinculando as ideias aqui apresentadas aos objetivos mais específicos dessa pesquisa, que as metodologias e recursos didáticos utilizados pelo professor de Geografia de modo geral podem contribuir para que o discente desenvolva e mobilize princípios e conceitos geográficos que o permitirão raciocinar geograficamente e, de maneira crítica, compreender a organização espacial dos fenômenos.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho, através de levantamento bibliográfico, objetivou refletir, a partir de um levantamento bibliográfico exploratório aprofundado, sobre a compreensão do raciocínio geográfico no contexto do ensino de Geografia na Educação Básica.

Diante das reflexões expostas infere-se que, na esfera da ciência geográfica, o raciocínio assume uma complexidade significativa e configura-se como um modo distintivo de pensar, no qual o indivíduo utiliza conceitos, categorias e princípios geográficos para interpretar e analisar a sociedade sob uma perspectiva espacial. Dentro deste contexto, os conceitos, categorias e princípios interagem no processo de examinar a estrutura social e espacial dos fenômenos. Através da interligação proficiente dos princípios lógicos e dos conceitos dessa disciplina, o geógrafo adquire a capacidade de analisar a sociedade de maneira genuinamente geográfica. Em outras palavras, o geógrafo desenvolve suas concepções com base em um conhecimento específico para inferir respostas, estabelecer analogias, chegar a conclusões e até formular novas indagações, permitindo a análise de eventos e fenômenos.

No campo do ensino a Base Nacional Comum Curricular demonstra que, para o desenvolvimento de um tipo de raciocínio próprio dessa disciplina, é basilar o uso dos conceitos da Geografia (espaço, território, lugar, região e paisagem) norteados pelos próprios princípios. A mobilização deste raciocínio tem o propósito de identificar tanto questões abrangentes, como a disparidade global na utilização de recursos naturais pela população, quanto de se engajar ativamente na reflexão e busca de soluções para os desafios que surgem no dia a dia.

A partir dessas bases e das reflexões apresentadas ao longo do trabalho, infere-se, que o raciocínio geográfico é aqui entendido como um modo específico e complexo de operar com as categorias e conceitos – espaço, região, território, lugar e paisagem, bem como, os demais conceitos que a estes podem se conectar – e os princípios geográficos – localização, observação, descrição, analogia, escala – para analisar e compreender a organização espacial dos fenômenos.

O desenvolvimento e mobilização deste tipo específico de raciocínio na educação básica ocorrem a partir das distintas situações didáticas que são apresentadas para estudo em sala de aula nos quais os alunos se deparam com problemas reais, próximos ou distantes, cuja resolução implica, em maior ou menor medida, no uso dos conceitos e dos princípios geográficos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- CALLAI, Helena Copetti. *et.al.* O ensino de Geografia nos trabalhos apresentados no XI ENANPEGE. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. v.12, n.18, especial GT Anpege. 2016. p. 43 - 55.



CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; PAULA, Igor Rafael de. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, 2020. p. 294-322.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia, GO: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus. 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In.*: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Ensino de Geografia e raciocínio geográfico: as contribuições de Pistrak para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 9, p. 71 - 86, 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

LACOSTE, Yves. **A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45. 2007.

LOPES, Claudivan Sanches. **O professor de Geografia e os saberes profissionais: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade**. 2010. 258 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Capitalismo, Geografia e meio ambiente. **Tese de Livre Docência**, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2012.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira; VALADÃO, Roberto Célio; SILVA, Patrícia Assis da. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do Raciocínio Geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 99, p. 34-51, 2018. Disponível em: http://www.leg.uefs.br/arquivos/File/materiais/ARTIGOS_mapas_maquetes/Valeria_de_Oliveira_Roque_Ascencao_Roberto_Celio_Valadiao_Patricia_Assis_da_Silva_2018_Do_uso_pedagogico_do_s_mapas_ao_exercicio_do_Raciocinio_Geografico.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.